

O ACESSO AOS MICRO-DADOS PELOS INVESTIGADORES – UM PROGRESSO PARA A CIÊNCIA E PARA O PÚBLICO

Pedro Telhado Pereira

Professor Catedrático da Universidade da Madeira, Diretor do Centro de Economia Aplicada do Atlântico e Membro do Conselho Superior de Estatística

A maioria das vezes quando falamos na utilidade das estatísticas para os utilizadores referimo-nos a importância das estatísticas publicadas pelas diferentes instituições produtoras de estatísticas oficiais e tendemos a esquecer toda a informação estatística muito relevante para a população que é produzida por investigadores, a qual se encontra publicada em múltiplos artigos em revistas, muitas das quais em língua estrangeira, em particular, a inglesa.

Nesta reflexão vou apresentar o exemplo da decisão de estudar que é muito importante na vida de todos os indivíduos e das suas famílias. As estatísticas para Portugal mostram que o nível educacional atingido pela população é muito inferior à média dos países da OCDE: a percentagem de indivíduos dos 25 aos 65 anos (em 2011) que tinham pelo menos o ensino secundário era em Portugal de 35% enquanto a média da OCDE era de 75%; mesmo para a população mais jovem dos 25 aos 34 anos a diferença ainda continua grande porque em Portugal é de 56% enquanto a média da OCDE é 82% (dados da OCDE, Education at a Glance –EAG – 2013).

Podendo a decisão do indivíduo de prosseguir os estudos ser comparada a um investimento, pois significa uma diminuição do consumo presente (devido aos custos inerentes), com vista a aumentar os rendimentos futuros, resultado de salários mais elevados, é importante olhar para a rentabilidade da educação em Portugal e o risco associado a esse investimento.

Hartog et al. (2001) utilizando micro-dados dos Quadros de Pessoal de 1982, 1986 e 1992 estimaram a rendibilidade da educação pelo método dos mínimos quadrados ordinários e pela regressão dos quantis e encontraram taxas de rendibilidade de 5.25, 5.46, 6.38% na média para os três anos respetivamente. Estes valores poderiam chegar a 6.60, 7.03 e 8.02% no nono decil da distribuição (os valores por sexo para a média são: para os homens 5.54, 5.84 e 6.56% e para as mulheres 3.80, 4.10 e 5.71%)

Martins e Pereira (2004) utilizando micro-dados da amostra masculina dos Quadros de Pessoal para 1995, usando os mesmos métodos de estimação, encontram uma taxa de rendibilidade de 11,9% na média e de 14,5% no nono decil. Os valores mais elevados em relação aos encontrados por Hartog et al. (2001) devem-se ao facto destes terem utilizado mais variáveis explicativas nas regressões do que a educação e a experiência (ver Pereira e Martins (2004)).

Pedro Portugal (2004) utilizando os micro-dados do Painel Europeu de Agregados Familiares de 2000 calcula uma rendibilidade para a licenciatura de 63,1%. A partir dos micro-dados do Inquérito ao Emprego do 2º trimestre de 2003, calcula os riscos relativos da estabilidade do emprego (tomando a estabilidade do licenciado como referência): a probabilidade de desemprego de o trabalhador que tiver só o 1º ciclo do Ensino Básico é de 3,02 vezes a do licenciado; para o trabalhador que tiver o 3º ciclo do Básico é de 3,00 vezes; e é 1.74 vezes se o trabalhador tiver o Ensino Secundário.

Budria e Pereira (2011) utilizando os micro-dados da amostra masculina do Inquérito ao Emprego para 2000, calculam a rendibilidade por nível educacional pelos métodos usados por Hartog e al. (2001). A rendibilidade média por grau é de 25,49, 41 e 95,72% para o Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior respetivamente, sendo que para o nono decil estes valores aumentam para 34, 48,93 e 103,66.

Figueiredo et al. (2013) utilizando micro-dados dos Quadros de Pessoal para 1995 e 2009 calculam a taxa de rendibilidade para o Ensino Superior pelo método dos mínimos

quadrados ordinários e pela regressão e quantis e alertam para a diminuição da rendibilidade no caso dos homens dos 26 aos 36 anos que passou, na média, de 67% para 61%. No caso dos trabalhadores com menos de 10 anos de experiência a diminuição é sentida tanto pelos homens (de 69 para 55%) como pelas mulheres (60 para 50%).

A OCDE (EAG 2013) usando o método da taxa interna de rendibilidade encontram rendibilidade para o ano de 2009 para o indivíduo detentor do Ensino Secundário de 12,1 e 12,2% para as mulheres e para os homens respetivamente e para o detentor do Ensino Superior de 14,9% e 16,2% para as mulheres e para os homens, respetivamente.

Se compararmos as rendibilidades apresentadas acima com as dos outros países considerados nos estudos verificamos que Portugal apresenta das mais altas taxas, sendo a mais alta dos 16 países considerados em Martins (2004). Para o Ensino Superior, Portugal apresenta também a mais alta taxa tanto dos 14 países considerados em Portugal (2004) como dos 9 países considerados em Budria e Pereira(2011). No entanto, esta alta taxa de rendibilidade vem associada a um alto risco medido pela diferença entre a rendibilidade medida no nono decil e no primeiro decil da distribuição (Pereira e Martins (2002)). Portugal apresenta a mais alta taxa de rendibilidade dos 16 países considerados no valor de 12,6% e também o maior risco de 8,9% (a diferença entre a rendibilidade no nono decil 15,6% e no primeiro decil 6,7%).

Muitos dos resultados apresentados acima só foram obtidos porque os investigadores tiveram acesso aos micro-dados recolhidos e tratados pelas entidades produtoras de estatísticas. Deste acesso resultaram avanços da ciência económica e, em particular, da economia da educação que possibilitaram que os resultados para o caso português sejam conhecidos e citados por investigadores de outros países.

O público e os decisores políticos têm todo o interesse em ter conhecimento não só das taxas de rendibilidade da educação, do risco e do desemprego associado, mas também acerca da sua variação por área de estudo, por tipo de estabelecimento de ensino, entre

outros fatores que podem influenciar a escolha a tomar. Para tal é crucial os investigadores terem acesso a mais e novas bases de dados.

No caso da rendibilidade da educação, muito em breve, um novo desafio vai-se colocar aos investigadores que resulta da grande emigração que se tem verificado recentemente entre os recém-licenciados porque os seus salários deixam de aparecer nas estatísticas nacionais e a sua saída provoca um problema de seletividade da amostra que pode influenciar de modo significativo os resultados de métodos de estimação simples.

A consideração da investigação baseada nos micro-dados como um dos benefícios da atividade das instituições produtoras de estatísticas oficiais reforça, a meu ver, em muito o valor social destas Instituições e recomenda o reforço do seu financiamento público.

maio 2014

Bibliografia:

Budría, S. e P. T. Pereira (2011) Educational Qualifications and Wage Inequality: Evidence for Europe, *Revista de Economia Aplicada*, 56 (XIX), 5-34.

Figueiredo, H., P. Teixeira, e J. Rubbery (2013) "Unequal Futures? Mass Higher Education and Graduates' Relative Earnings in Portugal: 1995 – 2009"; *Applied Economic Letters*; 20 (10), 991 – 997.

Hartog, J., P.T. Pereira e J. A. C. Vieira, 2001 "Changing Returns to Education in Portugal During the 1980s and Early 1990s: OLS and Quantile Regression Analysis", *Applied Economics*, 33/8, 1021-1037.

Martins, P. S. e P.T. Pereira, 2004 "Does Education Reduce Wage Inequality? Quantile Regressions Evidence from 16 Countries", *Labour Economics*, 11 (3), 355-371

OECD (2013), *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*, OECD Publishing.

Portugal, P. (2004) "Mitos e Factos sobre o Mercado de Trabalho Português: A Trágica Fortuna dos Licenciados", Banco de Portugal, *Boletim Económico*, Março.

Pereira, P. T. e P. S. Martins (2002) "Is there a Return-Risk Link in Education", *Economic Letters*, 75, 31-37.

Pereira, P. T. e P. S. Martins (2004) "Returns to Education and Wage Equations", *Applied Economics*, 36 (6), 525-531.